

No dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quinze minutos deu-se início à 54ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET), na modalidade aberta, com abertura pela coordenadora Sra. Anna Tristão conforme relatado na sequência. A reunião ocorreu no formato presencial e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Dos participantes membros, registro: André Luis Ruas (SEMAD-MG); Anna Tristão (IEMA-ES); Betinna de Tassis (SET-GV); Edvaldo Ferreira Viana (SECULT-MG); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo); Jóeci B. S. L. Miranda (C. A. Aracruz); Kévin Figueiredo (SMCELT-GV); Liceliana de Souza Jesus (C. A. Aracruz); Maria Fernanda Rodrigues Reis (SEE-MG); Mariana Machini (MPF/FGV); Renato Resende Braga (SMED-Mariana); Vanda Meire C. Freitas (SEMED-belo Oriente); Caroline Braga (FLACSO),

Dos participantes convidados, registro: Claudia Laureth (FLACSO); Elaine C. Pires (IFP- Flores); Elis Braga Licks (SETADE-ES); Enéas Ferreira Pinto Filho (C. Atingidos de Conceição da Barra); Felipe Moura de Andrade (FR); Jenilza Spinassé Morellato (SMED – Aracruz); Júlia Oymaguchi de Araújo Moreira (SEPLAG-MG); Igor Oliveira (FR), Luana Sala (FR); Laureni Rodrigues Dias (ASPIPEC); Márcia Antônia de Souza (C. Atingidos de Linhares); Maria Aparecida Leite (Baixo Guandu); Marcelo Loures Santos (UFOP); Maria Isabel Antunes Rocha (UFMG); Matheus Faraci (SEPLAG-MG); Márcio Freitas (SETADES-ES), Margareth Saraiva (SEAMA-ES); Natália Oliveira Ferreira (E&Y), Renato Correa de Oliveira; Thais Herdy (FR); Vitor Wilson Cocco (C. A. Conceição da Barra);

1. Informes Gerais		
Pauta	Discussão	
Aprovação da Ata da 52ª RO Aberta;	A ata da 52ª Reunião Ordinária Aberta da CT-ECLET foi colocada em votação. Aprovada, sem objeção dos membros e da Fundação Renova, a ata será assinada pela coordenação e será enviada à Secex para publicação na página do Ibama/CIF.	
Aprovação da Ata da 53ª RO Aberta;	A ata da 53ª Reunião Ordinária Aberta da CT-ECLET foi colocada em votação. Aprovada, sem objeção dos membros e da Fundação Renova, a ata será assinada pela coordenação e será enviada à Secex para publicação na página do Ibama/CIF.	
Informes sobre a reunião da coordenação da CT-ECLET e FLACSO no dia 06/09/2022.	A Sra. Anna mencionou o item e informou que fez uma reunião com a FLACSO para tratar de alguns pontos necessários para garantir a logística para as reuniões ordinárias e que o assunto foi tratado na reunião restrita realizada ontem, dia 29/09.	



#### 1. PG-33 - Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

#### Pauta

# Informes sobre repasses de recursos ao

IFES e UFMG/UFOP.

Responsável: CT-ECLET

#### Discussão

O Sr. Felipe registrou que no final do ano de 2021 foi assinado o termo de parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Espírito Santo – IFES. Após a assinatura, foi feita uma reflexão sobre a melhor maneira de gerir os recursos destinados ao Projeto de Formação de Educadores, quando foi iniciado um diálogo com o IFES e Governo do Estado do Espírito Santo para definir uma proposta para a Fundação Renova fazer o repasse direto dos recursos financeiros para que a instituição parceira contratada fique responsável para gerenciar o projeto, sem a participação da Fundação Renova. Apresentou a proposta final do processo de repasse direto dos recursos, detalhando as premissas que nortearam a discussão e o desenho final da proposta. Citou a necessidade de criar um comitê gestor para gerenciar os recursos, definindo as responsabilidades dos partícipes do comitê. Mencionou que a Facto será a instituição financeira que irá movimentar o dinheiro, e como será feita a movimentação com o IFES. Informou que a proposta não poderá impactar o plano de trabalho para a execução do projeto, como por exemplo o pagamento das bolsas. Informou que será incluído no plano de trabalho o município de Aracruz, conforme Deliberação CIF 58. Apresentou o fluxo para a movimentação do recurso e explicou cada etapa do processo. Esclareceu que será necessário alterar o papel da FR, alterando sua obrigação de implementar o projeto para fomentar o projeto, antecipando o investimento para 2022. E esclareceu sobre as obrigações do comitê gestor a ser criado para gerenciar os recursos. Sobre os 5 municípios citados na Deliberação 58, informou que Aracruz foi incluída, mas ainda não há consenso para a inclusão dos outros 4 municípios. Detalhou como será feito o repasse definitivo e qual a responsabilidade de cada instituição envolvida. A CT-ECLET Informou que será enviada uma Nota Técnica para o CIF para aprovação dessa proposta.

A Sra. Margareth parabenizou a FR em nome do Governo do Estado do Espírito Santo pela inclusão do município de Aracruz no projeto, registrando que Aracruz está no TTAC como Barra do Riacho e comunidades indígenas, e também na Deliberação 58, a qual contempla todo o litoral norte do ES, e informou que o modelo apresentado para o repasse de recursos foi bem recebido no governo, considerando as dificuldades já vivenciadas na execução de outros projetos com



o próprio IFES, e que essa proposta pode dar celeridade à execução do Projeto de Formação dos Educadores. Porém apresenta alguns pontos de atenção: sobre a composição da comissão de gestão, considerou ser necessário analisar com membros do Governo do ES as indicações apontadas pela FR e que é preciso considerar as questões jurídicas envolvidas, sendo necessário consultar a Procuradoria Geral do Estado para a definição das atribuições e do papel dessa comissão. Registrou preocupação quanto ao papel esperado para esse comitê, pois aprovações de contas são da competência dos órgãos de controle, e no caso do IFES compete aos órgãos da União. Apontou que o adequado seria a FR e o IFES, com seus respectivos jurídicos realizarem suas análises conjuntas quanto a possibilidades para a concretização dos repasses e do sistema de acompanhamento, registrando também que outro ponto de atenção se refere à não quitação plena, por não estarem contemplados os municípios reconhecidos pelo sistema através da Deliberação 58.

O Sr. Felipe esclareceu que será colocada uma minuta de contrato para o repasse dos recursos financeiros, para análise da CT-ECLET, e que as questões jurídicas poderão ser avaliadas com mais critério. E com o documento em mãos, todos os envolvidos poderão fazer suas críticas e contribuições à proposta.

O Sr. André mencionou que a proposta tem vantagens e desvantagens, e questionou sobre o papel da FR na gestão dos recursos dos programas, uma vez que a criação da Fundação foi para agilizar as ações e gerir os recursos para a reparação do desastre do rompimento da barragem da Samarco no município de Mariana-MG, e observou que a proposta apresentada parece uma "mini" repactuação. Considera que uma vantagem é a autonomia financeira da instituição executora do projeto, o que pode agilizar as ações e ajustes da proposta. Questionou sobre os critérios para a formação do comitê gestor, que não pode substituir a Câmara Técnica, e sobre o papel das instituições públicas em relação a essa modalidade de gestão. Registrou que é preciso ter atenção com alguns pontos dessa proposta, mas entende que a decisão final é do Governo do Estado do Espírito Santo. Questionou de quem será a responsabilidade sobre custos adicionais que poderão surgir, se serão da FR ou do governo do Estado.

A Sra. Jóeci registrou que são 7 anos de impactos após o desastre e questionou a FR sobre a quitação do projeto ao repassar o recurso para a instituição, e como serão feitos os reajustes do valor do recurso ao longo do tempo.



O Sr. Jadilson registrou suas dúvidas sobre a composição do comitê gestor e se algum atingido participará dele. Perguntou se as instituições estão receptivas a essa proposta e reforçou as questões apresentadas pelo Sr. André, e perguntou como será feita a cláusula de quitação.

O Sr. Renato mencionou as reuniões realizadas entre a CT-ECLET, FR e IFES para a elaboração da proposta apresentada e considerou que a coordenação da CT-ECLET pontuou nessas reuniões sobre a questão da cláusula de quitação do projeto e considerou que o documento final ficou muito bom.

O Sr. Felipe esclareceu alguns pontos apresentados e destacou sobre o carácter democrático da proposta, sendo possível, dentro da lei, buscar os ajustes necessários para superar possíveis demandas. Sobre as regras para o funcionamento do comitê, considera possível definir as normas para garantir a atuação do comitê dentro da legalidade. Sobre o papel da CT-ECLET e do CIF, é possível chegar a um acordo, eliminando o papel dessas instâncias. Em relação aos ajustes no montante do recurso, informou que o valor total será reajustado para dezesseis milhões de Reais, repondo a inflação. Sobre a quitação deste projeto, esclareceu que será feito em relação aos municípios participantes do estado do Espírito Santo. Em relação aos atingidos, o Sr. Felipe ponderou que é importante que na composição do comitê tenham representantes das instituições envolvidas e da câmara técnica, e que é possível negociar e dialogar para fazer os ajustes necessários na proposta apresentada.

A Sra. Mariana Machini registrou que o papel da FR é garantir a reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Mariana, e considerou que a proposta é interessante, mas que é preciso pensar e planejar adequadamente para não onerar os municípios e o Estado nesse processo de transferência da gestão dos recursos. Questionou sobre o papel da FAPES nesse processo, e considerou a necessidade de dialogar com eles após a análise da minuta do contrato. Sobre a quitação, registrou que é importante considerar a forma como essa quitação ficará redigida no documento. Considerou ser importante a permanência da Câmara Técnica nesse processo.

O Sr. Felipe informou que a minuta do documento será enviada para a análise da CT-ECLET.

O Sr. André questionou sobre a gestão financeira, e que esta questão será debatida com mais propriedade após o recebimento do documento. Registou que ao ser definitivo o repasse do recurso, a FR não terá mais responsabilidades com a reparação do desastre neste projeto, no território do Estado do Espírito



Santo. Lembrou que a FR foi criada para executar a reparação pelo desastre de Mariana causado pela mineradora SAMARCO, e questionou sobre como será feita a fiscalização nessa proposta e a destinação dos recursos não utilizados no projeto, se serão mantidos em ações da Educação Ambiental.

A Sra. Jóeci questionou sobre o valor de, aproximadamente, dezoito milhões de Reais destinados ao projeto, se serão distribuídos igualmente entre os cinco municípios e se já foi feito algum diálogo com o IFES de Aracruz.

A Sra. Maria Fernanda se manifestou dizendo que não concorda com a ideia de que a Fundação seja uma mediadora no processo, e que enquanto não houver a repactuação, a responsabilidade pelas decisões relacionadas ao projeto é da CT-ECLET, do Estado de Minas Gerais e do Estado do Espírito Santo, envolvidos no processo decisório sobre a transferência dos recursos a serem geridos por um comitê gestor.

O Sr. Felipe esclareceu que é possível fazer o recurso render enquanto não é usado, sem que haja perda de valor ao longo da execução do projeto. Registrou que não haverá repasse dos recursos para o poder público, e sim para a FACTO.

O Sr. Márcio questionou ao Sr. Felipe qual seria o entendimento da FR quanto ao cumprimento da Deliberação nº 58, uma vez que o município de Aracruz foi contemplado na ampliação dos municípios atendidos pelo IFES, e os outros municípios da Deliberação 58, não.

Sobre a Deliberação CIF nº 58, o Sr. Felipe esclareceu que a posição da Fundação Renova foi a de cumprir com a deliberação, mas que retrocedeu na sua posição após o recebimento dos laudos técnicos. Foi questionado sobre a inclusão de Barra do Riacho/Aracruz no Projeto de Formação de Educadores, não incluindo as demais localidades. Esclareceu que a inclusão de Aracruz foi possível porque o município está citado nominalmente no TTAC, e os demais municípios da Deliberação 58 não tem essa referência. Sobre o diálogo com o IFES de Aracruz, esclareceu que a instituição responsável pelo projeto é o IFES do município de Vila Velha.

A Sra. Anna registrou que a Deliberação CIF 58 é discutida em outras câmaras técnicas, e a CT-ECLET continuará lutando pela inclusão dos demais municípios citados na referida deliberação. Registrou como encaminhamento, que a pauta estará em análise pelo Governo do Estado do Espírito Santo para consolidar a proposta apresentada hoje.



Ao final da manhã, o Sr. André Ruas pediu a palavra e registrou que o Sr. Felipe argumentou que foi possível incluir o município de Aracruz no projeto porque Aracruz foi citada no TTAC. Apresentou o Anexo 1 do Documento de Definição do PG-33, aprovado pelo CIF em dezembro de 2021, que apresenta a relação dos municípios do Espírito Santo atendidos no projeto, e que é preciso estar atento quando do encerramento do programa, que a ausência nos projetos de qualquer município contemplado no Anexo 1 do PG-33 poderá ser um ponto de dissenso entre a Câmara Técnica e a FR, a não ser que haja alguma eventual mudança no documento de definição do programa ao longo do tempo. Sobre o repasse de verbas para o Estado do Espírito Santo, considerou que, se surgir futuramente gastos novos não previstos no plano de trabalho e orçamento aprovados, a FR não terá obrigação de fazer repasse de novos recursos.

A Sra. Margareth sugeriu considerar o que está definido no texto referente à área de abrangência.

A Sra. Thais Herdy registrou que o rendimento do recurso é para cobrir as demandas que surgirem ao longo do tempo na execução dos projetos. E sobre os municípios citados na Deliberação 58, registrou que continua sendo uma pendência do Programa.

A Sra. Luana registrou que a inclusão dos demais municípios citados na Deliberação CIF 58, para além de Aracruz, dependerão da decisão judicial.

A Sra. Anna recorreu ao texto referente à área de abrangência para esclarecer melhor a questão da inclusão dos municípios citados no documento, e finalizou com a leitura do Despacho do IAJ, do dia 20 de setembro de 2022, relacionado à Deliberação 58.

Apresentação do status do Projeto de Formação de Educadores em Minas Gerais.
Responsável: FR-UFMG/UFO.

A Sra. Anna esclareceu aos participantes que a apresentação dos trabalhos relacionados ao Projeto de Formação dos Professores, cuja execução está sob a responsabilidade das Universidades Federais de Minas Gerais e de Ouro Preto - UFMG/UFOP no Estado de Minas Gerais, é uma continuidade da pauta da 53ª RO, quando foi apresentado o projeto que está sendo executado pelo IFES no Estado do Espírito Santo.

O professor Marcelo Loures agradeceu o espaço para a partilha do andamento do Projeto de Formação dos Educadores nos municípios do Estado de Minas Gerais. Fez uma síntese do projeto, apresentando os dados numéricos que demonstram a abrangência das ações. Explicou que o projeto tem início com o curso de aperfeiçoamento e vai alternando os níveis, passando para a



especialização, mestrado e doutorado gradativamente. Esclareceu sobre a dificuldade para iniciar o curso durante o período pandêmico e apresentou um cronograma das ações já desenvolvidas e ainda a desenvolver.

A professora Isabel se apresentou e fez uma síntese dos desafios que surgiram ao longo do caminho, e registrou que esse é um programa de extensão e de intervenção, sendo este um novo modelo de extensão, o que é um grande desafio. Apresentou as ações que estavam planejadas para 2021 e os impactos da pandemia no planejamento feito, o que tem sido desafiador, e apresentou o cronograma das ações previstas para 2022. Esclareceu como foi feita a divulgação e mobilização dos professores, com a realização dos seminários em cada Superintendência de Ensino e nos municípios integrantes do projeto. Apresentou a metodologia de trabalho para a divulgação e mobilização dos professores, e mencionou a comissão gestora como elemento estruturante no processo e muito atuante. Esclareceu como foi feita a seleção, contratação e formação da equipe, e destacou como muito positiva a atuação da comissão, inclusive a comissão municipal. Registrou sobre a construção e implantação dos processos e instrumentos de acompanhamento e esclareceu como foi feita a implantação do curso de aperfeiçoamento. Detalhou como foi feito o processo de seleção e contratação dos cursistas e registrou que foi um grande desafio as dificuldades encontradas pelos cursistas para realizar o registro dos dados bancários na plataforma.

O Sr. Igor comentou sobre a complexidade desse projeto e sobre o primeiro aditivo para alteração no formato do aperfeiçoamento, que passou a ser virtual, sendo que foi planejado para ser presencial. Destacou que no processo de mobilização, foi percebida a importância dos sujeitos das redes nos municípios para o sucesso da mobilização, que são os pontos centrais para o êxito do projeto, o que explica a necessidade de remunerar esses sujeitos. Para isso, será necessário fazer um aporte de valores e a alteração no escopo do projeto, o que irá exigir uma gestão financeira eficaz.

O Sr. Renato sugeriu à UFMG/UFOP, quando necessário, comunicar a CT-ECLET a necessidade de revisão dos recursos para que a CT- ECLET possa acompanhar esse diálogo com a FR.

A Sra. Vanda mencionou sobre as dificuldades em relação ao pagamento das bolsas de estudo e sugeriu a regularização dos pagamentos das bolsas para que não haja uma evasão dos cursistas já inscritos.



Encaminhamento: 54.1	A FR enviará a minuta do documento para o repasse de recursos do Projeto de Formação dos Educadores para ser analisada pelo Governo do Estado do Espírito Santo.
Encaminhamento: 54.2	Após análise da minuta do documento para o repasse de recursos do Projeto de Formação dos Educadores para o IFES, a SECEX-ES apresentará o documento analisado para aprovação da CT-ECLET.

1. PG-13 - Programa de Promoção da Qualidade de Vida e do Turismo		
Pauta	Discussão	
Edital Doce - Definição conforme reunião do GT-13 no dia 09/09/2022. Responsável: CT-ECLET;	O Sr. Kévin se apresentou como ponto focal do GT-13 e esclareceu como é feita a divisão das atividades no grupo de trabalho, sendo o ponto focal uma estratégia para a organização das atividades dos GTs. Informou que as câmaras técnicas têm o papel de acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre os projetos e programas da CT-ECLET. Fez a leitura do Ofício 50/2022 a ser encaminhada ao CIF e à FR citando os principais questionamentos apresentados pelos atingidos sobre o Edital e solicitando documentação relativa às etapas de realização do Edital Doce Segunda Edição.	
	O Sr. Jadilson registrou que recebeu uma ligação de uma atingida que teve seu projeto classificado com uma nota, mas não foi contemplado no final do processo sem as devidas justificativas, além de que o sistema saiu do ar antes do horário definido para o encerramento das inscrições, situação que foi confirmada pela Sra. Jóeci e a Sra. Elaine, que mencionaram os desapontamentos dos participantes em relação ao resultado do Edital Doce em todo o território. A Sra. Márcia registrou as dificuldades com o uso da plataforma e sugeriu à FR repensar os critérios do Edital Doce.	
	A Sra. Maria Cristina apresentou o documento de divulgação do Edital Doce e relatou que houve um congestionamento de inscrições no último dia, sobrecarregando a plataforma e causando transtornos. Sobre a ausência de projetos na área do esporte, registrou que é preciso saber se houve projetos esportivos inscritos e esclareceu que os critérios de classificação estão escritos no edital. Apresentou o fluxo com todas as etapas do edital, explicando cada uma delas e informou que o prazo foi ampliado a pedido da CT-ECLET, o que gerou confusão. Explicou o que é um projeto classificado, que foi analisado e classificado, e o que é o projeto aprovado, cujo resultado está relacionado ao limite do valor do recurso destinado a cada município. A Sra. Nani registrou que não entende por que a diferença no número de projetos aprovados nos diversos	



territórios. A Sra. Maria Cristina esclareceu que todos os critérios que estão registrados no anexo do Edital Doce foram amplamente discutidos e esclarecidos coletivamente antes da divulgação do edital.

A Sra. Nani questionou sobre o número de projetos inscritos e aprovados para Pontal do Ipiranga, que está muito diferente de outras localidades.

O Sr. Felipe esclareceu que a fórmula de cálculo da pontuação é feita considerando o nível de impacto do desastre no território, e que Pontal do Ipiranga foi considerado indiretamente impactado. Questionou se a Câmara Técnica está solicitando a paralisação do Edital Doce, ao que o Sr. Kévin esclareceu que não é para cancelar o edital, mas paralisar o que foi feito, não fazendo os pagamentos até que sejam encaminhados para a CT-ECLET os documentos solicitados no ofício.

A Sra. Anna confirmou a necessidade da suspensão temporária das ações do Edital Doce até que os documentos sejam enviados e analisados pela CT-ECLET.

O Sr. Felipe informou que não vai acatar esse encaminhamento, pois não é da alçada da Câmara Técnica deliberar pela paralização do Edital.

Houve um grande debate sobre quais são as atribuições da Câmara Técnica e sua autoridade para deliberar sobre a suspensão das ações dos projetos relativos ao Edital Doce, e se definiu pelo envio de uma Nota Técnica ao CIF.

A Sra. Anna se posicionou confirmando a necessidade de a Fundação Renova enviar os documentos relativos ao Edital para que o processo seja o mais transparente possível.

A Sra. Jóeci registrou que o território de Aracruz só foi comunicado que estaria inserido no Edital Doce um dia antes do encerramento do Edital, o que foi incorreto.

A Sra. Luana citou as atribuições das câmaras técnicas, conforme o Regimento Único das Câmaras Técnicas, e o papel da CT-ECLET na questão da suspensão do Edital Doce, pois a instância deliberativa é o CIF, e esclareceu que a FR poderá responder aos questionamentos da CT-ECLET após o recebimento do ofício.

O Sr. Jadilson reforçou que a CT-ECLET está solicitando mais esclarecimentos da FR, e que a suspensão do repasse dos recursos é necessária para que haja mais transparência nos processos para que nenhum projeto fique prejudicado futuramente.

O Sr. Renato considerou que faltou mais interlocução entre a primeira edição do edital e a elaboração e publicação do Edital Doce Segunda Edição, e esclareceu



que a CT-ECLET está fazendo uma solicitação à FR. Sobre a prestação de contas da execução dos projetos classificados, sugeriu que seja mais detalhado no edital como a prestação de contas será feita.

Sobre a prestação de contas, a Sra. Maria Cristina esclareceu que possíveis saldos remanescentes em um município irão para outra edição do edital no mesmo local, não sendo transferido para outro município. Sobre a prestação de contas esclareceu que são realizadas seguindo as regras e os critérios definidos para controle. Esclareceu para a Sra. Jóeci que o município de Aracruz não se enquadra na modalidade 1 do edital.

O Sr. Kévin lembrou que os recursos do Edital Doce são compensatórios e esse recurso tem um limite. Sobre o ofício apresentado hoje, informou que o mesmo será transformado em uma Nota Técnica a ser encaminhada ao CIF. Esclareceu que a solicitação feita pela CT-ECLET tem por objetivo garantir a transparência e os direitos dos atingidos nos territórios.

A Sra. Elaine perguntou se a última lista publicada é referente aos projetos aprovados. A Sra. Maria Cristina esclareceu que sim, é a lista final após recurso e publicação no dia 13/09/2022.

Ficou encaminhado que a CT-ECLET enviará o ofício referente ao Edital Doce para a FR para agilizar o retorno solicitado, mesmo que o seu conteúdo seja encaminhado ao CIF como Nota Técnica.

Apresentação do email da atingida Márcia Lederman. Responsável: CT-ECLET;

A Sra. Anna registrou que alguns membros da CT-ECLET receberam vários questionamentos de atingidos sobre o Edital Doce, razão pela qual considerou necessário incluir esse e-mail na pauta da reunião como exemplo, dada a necessidade que a câmara técnica tem de acompanhar os desdobramentos do edital e dar respostas consistentes para os inscritos. Registrou que a continuidade desta pauta será apresentada no item de pauta do Edital Doce.

Apresentação do status do alinhamento da Moore Consultoria. Responsável: CT-ECLET;

O Sr. Kévin registrou que esta pauta tem sido recorrente nas reuniões ordinárias da CT-ECLET, e esclareceu que se sente um atingido porque é servidor público de Governador Valadares, município atingido pelo desastre de Mariana, com consequências sociais e econômicas para a coletividade. Fez uma leitura do escopo do Programa 13, revisado e aprovado em 2021 pelo CIF. Partilhou com os presentes a leitura da minuta da Nota Técnica a ser enviada ao CIF sobre os trabalhos da Consultoria Moore.

A Sra. Margareth solicitou que seja feita uma adequação na redação da Nota Técnica referente às questões relacionadas aos trabalhos da Moore Consultoria



no território da foz do Rio Doce, que deve estar alinhado com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Foz, e se comprometeu a fazer a redação mais alinhada com o cenário capixaba.

O Sr. Jadilson registrou que o assunto sobre o trabalho da Moore está relacionado também às comunidades e atingidos dos territórios do Espírito Santo, e não apenas à SECEX-ES, portanto considera que a paralização da Consultoria Moore é uma decisão que precisa ser dialogada com as comunidades, mesmo com as que não estão sendo atendidas pela Moore no Espírito Santo, o que foi apoiado pela Sra. Jóeci.

Após a adequação da redação proposta pela Sra. Margareth, o Sr. Kévin refez a leitura da Nota Técnica destacando a nova redação referente à situação da Moore no território do ES, que foi colocada em votação pela Sra. Anna Tristão e aprovada por todos os membros presentes. O documento será encaminhado ao CIF.

Informes sobre a visita técnica ao território da Foz do Rio Doce-ES. Responsável: CT-ECLET.

A Sra. Anna informou que este item da pauta será apresentado na próxima 55ª Reunião Ordinária da CT-ECLET, a ocorrer em outubro, na cidade de Vitória – ES.

GT-Foz. Responsável: CT-ECLET

A Sra. Elis Licks fez um relato dos encaminhamentos relacionados ao Plano de Desenvolvimento Integrado da Foz do Rio Doce e Região Costeira Adjacente – PID FOZ e a apresentação do plano da Foz ao CIF em 2021, relacionado ao Eixo prioritário 8, item 2. Esclareceu que nessa apresentação foi solicitada pelo Presidente Suplente, Sr. Thiago Zuchetti Carrion, uma reunião intercâmaras para identificar as ações contidas no PID que estejam relacionadas aos Programas de outras câmaras técnicas, o que já foi feito, e as ações identificadas em outros Programas já foram endereçadas às respectivas câmaras técnicas. Informou que houve uma pausa nas ações relacionadas ao PID em função da repactuação, mas que o trabalho foi retomado e será encaminhada ao CIF a NT 01/2021 SECEX-ES, conforme orientação do Presidente Thiago Carrion. Também informou que será realizada uma oficina em Aracruz com o objetivo de apurar as demandas para o plano de intervenções, para inserção de Barra do Riacho no PID, e se for necessário, a entrada de outras comunidades de Aracruz no Plano. Como encaminhamento, foi solicitado pela SECEX-ES à FR as informações sobre o status da atuação da Moore Consultoria no território da foz, incluindo no mínimo as seguintes informações: etapas concluídas, produtos gerados e cronograma atualizado das ações, que deverá ser respondido em sete dias.



Indicadores do PG-13	A Sra. Luana solicitou à CT-ECLET um retorno sobre a revisão das fichas dos indicadores e a definição da exclusão do indicador I 08. A Sra. Anna informou que fará um ofício com esclarecimentos para todas as pendências referentes aos indicadores, após debate em reunião restrita. Após o recebimento do ofício, a FR fará as adequações no PG-13.
Projeto de Incentivo à Leitura. PAUTA EXTRA	O Sr. Kévin questionou a FR sobre a entrega dos equipamentos e materiais para conclusão do Projeto de Incentivo à Leitura, e a Sra. Maria Cristina informou que ainda não tem uma data definida, mas aguardará o ofício da CT-ECLET para dar um retorno mais preciso. Sobre a previsão de entrega dos equipamentos, informou que será feita ainda em 2022.
	O Sr. Kévin sugeriu que os municípios que já receberam os equipamentos validem esse recebimento no Fórum dos Prefeitos, o que foi prontamente acatado pelos participantes.
Encaminhamento: 54.3	A CT-ECLET elaborará uma Nota Técnica a ser enviada ao CIF mencionando as inconsistências encontradas na execução do Edital Doce Segunda Edição, e solicitando o cancelamento ou suspenção das atividades do mesmo.
Encaminhamento: 54.4	A Fundação Renova enviará para a CT-ECLET um cronograma para a entrega dos equipamentos das bibliotecas públicas, assim que tiver uma posição dos fornecedores.
Encaminhamento:54.5	A CT-ECLET enviará para a FR um ofício informando os consensos e dissensos referentes aos indicadores do PG-13.
Encaminhamento:54.6	A FR enviará ofício para a CT-ECLET sobre o Fortalecimento das Organizações Locais (FOL).

Encerramento:	A 54ª RO foi encerrada às 17h20min.
---------------	-------------------------------------